

Na **Sessão de Encerramento**, o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural de Portugal¹, Eng.º Rui Pedro Barreiro, relevou a oportunidade da realização do Seminário ibérico, integrando-o no contexto das comemorações do Ano Internacional das Florestas, na medida em que as florestas desempenham um papel insubstituível no combate à desertificação.

Na sua intervenção, destacou ainda o trabalho em curso em Portugal de revisão do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, fundamental para potenciar o território, tornando-o mais produtivo e com maior valor acrescentado. Nesse contexto, enfatizou a importância do desenvolvimento dos programas de combate à desertificação e da discussão de propostas para uma nova política agrícola e de desenvolvimento rural no seio da Comunidade Europeia. Matérias que, também por força da atual crise económica e financeira, advogam a construção de soluções e intervenções conjuntas dos dois países ibéricos, sobretudo e designadamente no que se refere aos problemas comuns das zonas mais desfavorecidas do interior raiano.

Assinalando que a alargada e qualificada participação de entidades públicas e privadas e personalidades de Portugal e Espanha, neste evento de reflexão e debate, constituiu desde logo um indicador de sucesso dos seus propósitos, tendo destacado a oportuna e emblemática escolha de Idanha-a-Nova para a realização do seminário, enquanto município exemplar que acredita no potencial do mundo rural e que tem apostado na promoção efectiva do desenvolvimento local, com a concretização de um conjunto de medidas que dão escala ao território e permitem o sustentável desenvolvimento do mundo rural nas regiões afectadas por desertificação.

Referindo que não há soluções milagrosas e que “apenas no dicionário o sucesso antecede o trabalho”, o SEFDR elencou os compromissos raianos e ibéricos resultantes do seminário, que considerou fundamentais para desenvolver o interior, envolvendo o afrontar das questões que estão na origem da desertificação e do despovoamento.

“A premissa fundamental para estes territórios é a capacidade de criar riqueza a partir dos recursos naturais, disponíveis e potenciais, sendo que nestas regiões existem vastos espaços desaproveitados, e promover postos de trabalho, o que exige políticas e intervenções globais, envolvendo múltiplos ministérios, instituições e agentes em acções necessariamente concertadas”, concluiu o Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural.

Enfatizou ainda que se as crises são, em muitos casos, sinónimo de oportunidade, a crise que atravessamos é também uma oportunidade para mostrar os casos positivos, sendo esse o pano de fundo para o ciclo de seminários em que este se integra. Destaque-se neste âmbito que Portugal é uma referência internacional no que diz aos produtos do sector primário, existindo uma rede de exportação credível, que se pretende promover e ampliar. Foi também feita uma referência particular para o trabalho das Redes Rurais Nacionais, no geral, e no concreto para os GAL – Grupos de Acção Local, que têm conseguido demonstrar que é possível fixar “massa cinzenta” no interior, aproveitando o nosso maior recurso, que são as pessoas, e promovendo e sustentando o emprego, o desenvolvimento regional e a fixação de jovens. Nesse aspecto particular, apresentou os dados do ProDeR relativos à medida de apoio à instalação de jovens agricultores - 2383 projectos destinados à primeira instalação de Jovens Agricultores, aos quais atribuiu prémios num montante total de 95,3 milhões de euros.

Finalmente, em termos de balanço e compromissos a partir das intervenções e conclusões do Seminário, o SEFDR assinalou o propósito de convidar o seu congénere de Espanha para a preparação de uma “Declaração de Idanha para o Combate à Desertificação e Despovoamento nas Zonas Rurais Ibéricas”, a ter em consideração numa futura Cimeira Ibérica, que integre as principais linhas de acção propostas no Seminário, que passam pela consolidação de processos existentes e/ou o desenvolvimento de novas intervenções conjuntas, designadamente no referente aos programas de (i) combate à desertificação e despovoamento, (ii) intervenções das Redes Rurais Nacionais e GALs, (iii) combate aos incêndios florestais, (iv) prevenção e combate à degradação dos montados, (v) inventário florestal e (vi) redes de regadios públicos, questões que deveriam também ser objecto de iniciativas das redes de investigação científica ibéricas a formalizar no futuro.

¹ - Vd. entrevista do SEFDR à revista País Positivo (Suplemento do jornal Público de 25 de Janeiro de 2011) a propósito do Seminário.